

# A CRISE, A COVID E O PREÇO DO ARROZ: PRÁTICAS ALIMENTARES, POLÍTICAS PÚBLICAS E MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA

THE CRISIS, COVID AND THE RICE PRICE: FOOD PRACTICES, PUBLIC  
POLICIES AND RESISTANCE MOVEMENTS

## **Renata Claudino Fernandes da Silva**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de ciências sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Seropédica/Brasil).  
E-mail: renata.cfernandes@hotmail.com

## **Juliana Borges de Souza**

Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Seropédica/Brasil).  
E-mail: juliana\_borges\_souza@hotmail.com

## **Miriam Oliveira Santos**

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil). Docente na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Seropédica/Brasil). Vice-coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios e investigadora colaboradora no Centro de Pesquisa em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar da Universidade do Algarve (Faro/Portugal).  
E-mail: mirsantos@uol.com.br

Recebido em: 15 de fevereiro de 2021

Aprovado em: 8 de abril de 2021

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RPR | a. 18 | n. 2 | p. 174-188 | mai./ago. 2021

DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v2i0.2578>

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma breve análise histórica do surgimento do conceito de alimento agroecológico, inicialmente focado na Segurança Alimentar Nutricional (SAN), mas que hoje em dia abarca outros significados, englobando as relações sociais, políticas e lúdicas. Utilizando o arroz como alimento exemplar deste artigo devido a sua presença constante na alimentação brasileira, conexões com a agroecologia e seu movimento social são abordadas e utilizadas para identificar a alimentação como um movimento político. Abordamos também as consequências da pandemia de Covid-19 nos dados referentes à indústria alimentícia atual. A metodologia utilizada neste artigo foi a revisão bibliográfica e documental aliada à análise de notícias, sites e levantamento de bancos de dados. Nossas considerações finais apontam para a necessidade de repensar o modelo agrícola brasileiro e o papel que os pequenos produtores desempenham nele e, sobretudo, para a urgência de formular políticas públicas de incentivo à produção, regulação de preços e distribuição dos alimentos no Brasil.

**Palavras-chave:** Práticas Alimentares. Políticas Públicas. COVID.

## ABSTRACT

The present work aims to make a brief historical analysis of the surfacing concept of agroecological food, initially focused on Nutritional Food Security (SAN in Portuguese), but which encompasses other meanings nowadays, such as social, political, and playful relations. Using rice as a representative food in this article due to its constant presence in Brazilian food, connections with agroecology and its social movement are addressed and used to identify food as a political movement. We also address the consequences of the Covid-19 pandemic in data for the current food industry. The methodology used in this article was the bibliographic and documentary review combined with the analysis of news, websites, and survey of databases. Our final considerations point to the need to rethink the Brazilian agricultural model and the role that small producers play in it and, above all, to the urgency of formulating public policies to encourage the production, price regulation, and distribution of food in Brazil.

**Keywords:** Food Practices. Public policy. COVID.

## 1 INTRODUÇÃO

*O preço do feijão / não cabe no poema. / O preço do arroz / não cabe no poema. / Não cabem no poema o gás/a luz o telefone / a sonegação / do leite / da carne/do açúcar / do pão. [...] Só cabe no poema / o homem sem estômago / a mulher de nuvens / a fruta sem preço / O poema, senhores, / não fede / nem cheira. (Ferreira Gullar — Não há vagas).*

O objetivo deste artigo é realizar uma breve análise da relação entre crise econômica, alta de preços, alimentos agroecológicos, Segurança Alimentar Nutricional (SAN)<sup>1</sup>, políticas públicas para a agricultura e as novas práticas agrícolas tais como hortas domésticas e urbanas. Utilizamos o arroz como alimento exemplar deste artigo devido a sua presença constante na alimentação brasileira. Além disso, ao longo do artigo refletimos sobre conexões com a agroecologia e o movimento social são abordadas e utilizadas para identificar a alimentação como um movimento político e solidário neste contexto pandêmico.

Segundo o site da OXFAM, houve uma mudança em relação ao consumo e a produção de alimentos durante este momento pandêmico. De acordo com a pesquisa feita pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais apontada no site da OXFAM, mostra que “os resíduos domiciliares caíram 7,2% em comparação com o ano passado e a coleta de materiais recicláveis aumentou em 25%, isso porque há menos orgânicos e mais embalagens — consequência do aumento de compras de alimentos on-line”. A mesma fonte aponta que houve uma preocupação com a segurança dos alimentos. Apontando que “normas técnicas, sanitárias e fitossanitárias foram intensificadas pelas agências de saúde em todo o mundo. Muitas famílias passaram a utilizar hortas plantadas em casa e priorizarem o consumo de alimentos sem uso de agrotóxicos.”<sup>2</sup>

Contudo, com a crise econômica e a alta dos preços da alimentação, muitas pessoas passaram a ter problemas para manter a dieta habitual, gerando uma insegurança alimentar. Assim, admite-se que a insegurança alimentar no Brasil esteja condicionada pela relação entre a renda e o preço dos alimentos, fator fundamental para definir a falta de acesso à alimentação.

Para muitas pessoas e sobretudo para comerciários, a pandemia resultou em desemprego, com a consequente perda dos vales alimentação e um rebaixamento brusco do padrão de vida. Com as escolas fechadas, as crianças passam a se alimentar em casa, funcionários de diversas empresas que possuíam alimentação em seu local de trabalho experimentam uma mudança drástica nos seus padrões alimentares (SANTOS; SOUZA, 2020).

<sup>1</sup> Para saber mais ver: BRASIL, 1994.

<sup>2</sup> <https://www.oxfam.org.br/blog/dia-mundial-da-alimentacao/>

Outra consequência da pandemia é o aumento da sobrecarga de trabalho das mulheres que continuam sendo responsáveis em larga medida pela alimentação familiar. Na maioria dos lares de classe média, empregadas e diaristas foram dispensadas e a maior parte do trabalho que elas faziam vai ser absorvido pelas mulheres. Dessa forma, como aponta Certeau *et al.* (1997), comida é também uma questão de gênero e classe social.

## **2 PANDEMIA, CRISE ECONÔMICA E AUMENTO DE PREÇOS**

Atualmente o Brasil, além de passar por uma crise sanitária devido à pandemia do Covid-19, passa também por uma crise econômica tanto em função das medidas de prevenção à pandemia quanto devido ao aumento do dólar. De acordo com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), a inflação oficial no País em 2020 foi de 4,52%. Esse é o maior nível para um ano desde 2016, quando foi de 6,29%.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a alta nos preços de alimentos e bebidas foi de 14,09%. Os preços do óleo de soja (103,79%) e do arroz (76,01%) dispararam no acumulado do ano passado. Outros itens importantes na cesta das famílias também tiveram altas expressivas: leite longa vida (26,93%); frutas (25,40%); carnes (17,97%); batata inglesa (67,27%); tomate (52,76%).<sup>3</sup>

Ainda utilizando os dados do IBGE, divulgados em setembro de 2020, observou-se um aumento no índice de fome no Brasil, contabilizando 10,3 milhões de pessoas em extrema pobreza, isto é, sem condições de se alimentar. Os dados indicam também que o consumo caiu 5% em 2020, o menor patamar da série histórica da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), que teve início em 1996. Este fato foi resultado da queda do poder aquisitivo da população frente ao aumento de preços.

Em setembro de 2020, o arroz, como caso exemplar do nosso trabalho, sofreu uma elevação de 120% no preço, em algumas regiões do país, principalmente porque o governo deixou de atuar no mercado regulador dos alimentos da cesta básica.

Segundo o site da CONAB:

A formação de estoques públicos tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado para garantir o preço e a renda do produtor, bem como sua administração e manutenção a fim de regular o abastecimento interno, comercializando os estoques na entressafra para atenuar as oscilações de preço.

<sup>3</sup> Dados obtidos em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=destaques>. Acesso em 12 de janeiro de 2021.

Contudo, em 2020, os estoques reguladores de arroz estavam em baixa. Em agosto, foram cerca de 21,5 mil de toneladas do grão, 25 vezes menos do que em 2014. Quando examinamos as séries históricas do estoque regulador do arroz podemos observar que os estoques caíram de 102.519 toneladas em janeiro de 2015 para 20.834 toneladas em janeiro de 2020. Continuando a observar a série histórica vemos que esse número se mantém em fevereiro de 2021, o que significa que o governo não interviu no mercado para abaixar os preços.

Uma vez que a premissa que orienta a equipe econômica do governo atual é o neoliberalismo, que espera que o mercado se auto regule. Essa crença na “mão invisível do mercado” acabou fazendo com que os preços se mantivessem elevados e que a inflação fosse especialmente alta, para as classes economicamente desfavorecidas.

De acordo com a reportagem no site do Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea) em 11 de novembro de 2020, destacava que: “Alimentos e bebidas respondem por 61% da inflação dos mais pobres em outubro” e ainda “Indicador Ipea aponta que a inflação das classes mais baixas foi o dobro da observada pelas mais altas no acumulado de 12 meses”. Tais dados foram obtidos através do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda.<sup>4</sup>

De maneira semelhante, a Agência Brasil, veículo da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), noticiava em 04 de dezembro de 2020:

O Índice de Preços ao Consumidor - Classe 1 (IPC-C1 - de novembro, calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), registrou alta de 0,95%. Com isso, ficou 0,24 ponto percentual (p.p.) acima do resultado de outubro, quando atingiu taxa de 0,71%. O indicador que mede a inflação para as famílias que ganham até 2,5 salários-mínimos por mês acumula elevação de 4,85% no ano e de 5,82% nos últimos 12 meses.<sup>5</sup>

E a reportagem continua afirmando:

De outubro para novembro, seis das oito classes de despesa componentes do índice tiveram elevação nas taxas de variação. O setor de transportes passou de 0,29% para 0,90%, educação, leitura e recreação de 1,33% para 2,56%, saúde e cuidados pessoais de 0,05% para 0,23%, habitação de 0,28% para 0,39%, alimentação de 2,08% para 2,18% e despesas diversas com queda de 0,01% para alta de 0,11%.<sup>6</sup>

<sup>4</sup> [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=37039&catid=3&Itemid=3](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37039&catid=3&Itemid=3)

<sup>5</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-12/inflacao-para-familias-de-renda-mais-baixa-sobe-095-em-novembro>

<sup>6</sup> idem

Ou seja, o aumento da inflação atingiu principalmente aqueles que ganham menos, e como as compras de alimentos costumam ser a maior parcela dos gastos das famílias mais pobres, aqueles que já eram despossuídos são novamente os maiores prejudicados.

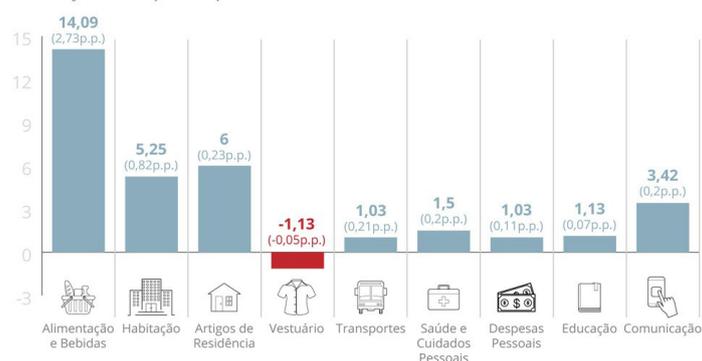
Para tornar esses dados mais claros, reproduzimos aqui os gráficos disponíveis em uma reportagem da área de economia do site G1, escrita por Silveira e Alvarenga (2021):

**Imagem 1: A Inflação de 2020**

## A inflação de 2020

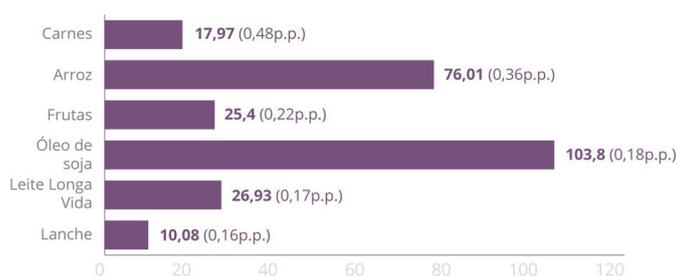
### Grupos pesquisados

(variação e impacto percentual no índice)



### Principais altas em Alimentação e Bebidas

(variação e impacto percentual no índice)



### Maiores altas

(Em %)



### Maiores quedas

(Em %)

Fonte: IBGE



Infográfico elaborado em: 12/01/2021

Fonte: IBGE, 12 de janeiro de 2021.

Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Rio Grande do Sul, informa através do site do MST (2020), que a direção da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP), continuará a vender o produto por um preço justo, sem o aumento do valor do mercado e completa dizendo que: “nós temos a agroecologia que nos guia. Ou seja, preservamos o meio ambiente, nosso solo, a nossa água, pois sabemos que somos passageiros, e que a próxima geração também precisa dessa terra”.

Analisando a história do MST podemos perceber que inicialmente o movimento estava centrado na luta pela terra e contra o latifúndio com o lema “terra para quem trabalha”, contudo com a consolidação do movimento, e as transformações do mundo rural brasileiro esse objetivo vai sendo modificado aos poucos. Hoje em dia consta como uma das preocupações do MST “a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno, combinada com um modelo econômico que distribua renda e respeite o meio ambiente.” É esta nova postura que nos permite entender o posicionamento da COOTAP em relação ao preço do arroz.

A comida agroecológica pode vir a ser uma ferramenta política. Dessa forma, a agroecologia aparece nos discursos do MST como um valor, definidor de cultura e de resistência, objetivando uma relação justa entre o consumidor e produtor.

### **3 A AGROECOLOGIA E O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO**

Atualmente a Agroecologia tem sido bastante debatida tanto no cenário mundial quanto no Brasil. Ela vem sendo associada à Segurança Alimentar Nutricional (SAN) e ao bem-estar animal, além da defesa da autonomia dos pequenos produtores em relação a terra e a produção. Vale destacar que, no Brasil, foi sancionada a lei 11.346/2006, e seu artigo 3º define SAN como:

(...) realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base em práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Nesta mesma época havia a produção de uma política estatal que tinha como discurso a criação de programas de combate à pobreza e à fome com a transferência de renda. Como exemplo, destacamos o Programa Fome Zero, de 2003, e o Programa Bolsa Família, de 2004, que visava à possibilidade de a população ter acesso aos alimentos em quantidade suficiente, com regularidade e qualidade, tal como foi preconizado no SAN (BELIK, 2003; BURITY *et al.*, 2010; COTTA; MACHADO, 2013). Outro conceito

importante é o do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) que tem sua origem no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)<sup>7</sup>. Formulações de políticas sociais, alimentares e nutricionais foram propostas ao longo deste cenário para que pudesse mitigar os efeitos das desigualdades sociais. De acordo com Santos (2020, p. 50) essas formulações de políticas públicas fazem parte de um campo polissêmico, passível de interpretações. Logo, da mesma forma que os governos Lula e Dilma nos anos 2000, produzia um Estado que “distribui seus recursos de maneira desigual e, portanto, reproduz uma sociedade também desigual”, também tem na sua agenda a reorganização dos programas sociais e a diminuição das desigualdades, dando espaços aos movimentos sociais e políticos.

A Agroecologia é um campo específico de conhecimento científico e político que pode fornecer as bases para enfrentar a crise ecológica e social advinda do modelo de agricultura empresarial que atualmente é predominante em escala global. O movimento agroecológico surge na década de 70 do século XX como reação ao processo de modernização capitalista da agricultura, cujo marco histórico foi a chamada Revolução Verde.

Conceitualmente, a Revolução Verde é considerada como a difusão de tecnologias agrícolas que permitiram um aumento considerável na produção, sobretudo em países menos desenvolvidos, que ocorreu principalmente entre 1960 e 1970, a partir da modernização das técnicas utilizadas. Embora tenha surgido com a promessa de acabar com a fome mundial, não se pode negar que essa revolução trouxe inúmeros impactos sociais e ambientais negativos (...). (OCTAVIANO, 2010).

Nesse contexto, os grupos do movimento agroecológico passaram ser formados por agricultores familiares ou por excluídos diretamente pelos mecanismos de expropriação da política agrícola. No plano econômico, a Revolução Agrícola teve um impacto positivo no saldo de grandes empresas alimentícias, mas trouxe impactos desastrosos para o meio ambiente e para grande parte da população rural que se adaptou com dificuldades à concorrência das grandes empresas. Ainda de acordo com Octaviano:

Além de não ter resolvido os problemas nutricional e da fome, a Revolução Verde também é reconhecida por aumentar a concentração fundiária e a dependência de sementes, alterando a cultura dos pequenos proprietários que encontraram dificuldades para se inserir nos novos moldes. (OCTAVIANO, 2010).

<sup>7</sup> Para saber mais ver Rodriguez, Maria Elena (org.). *Relatorias Nacionais em Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – Informe 2006*. Rio de Janeiro: Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, 2007.

Concernente à mudança no padrão alimentar, foi intensificada pela Revolução biotecnológica<sup>8</sup> (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 2008, p. 95) com a transformação e inovação genético-química, estabelecendo a hegemonia da indústria química sobre as sementes híbridas e manipuladas, mudando conseqüentemente o padrão alimentar, fazendo dos produtos ultra processados a base da dieta alimentar dos brasileiros.

Nos dias atuais cresce a procura pelos alimentos ditos orgânicos *in natura*, oriundos de um sistema orgânico de produção embasado em técnicas que dispensam o uso de insumos químicos como pesticida, fertilizantes e organismo geneticamente modificados. (SOUZA; AZEVEDO; LIMA; SILVA, 2012).

Contudo existem diferenças importantes entre alimentos orgânicos e agroecológicos. Os orgânicos estão submetidos a um sistema de certificações que pode ser bastante excludente para aqueles que não tem capital econômico e/ou educacional para obtê-los. Mas a certificação, ou a sua ausência, não é o único ponto que diferencia a produção agroecológica da agricultura orgânica.

O movimento agroecológico costuma apelar também para uma visão mais inclusiva voltada para os conceitos de preço justo e produção tradicional. Em resumo, podemos dizer que a forma de produção dos dois pode ser a mesma, mas que os valores envolvidos são bastante diferentes. O movimento agroecológico, de acordo com as suas afirmações, busca não somente um alimento produzido sem agrotóxicos, mas que seja “justo” e “limpo”, isto é, que possua uma cadeia de produção sustentável, ofereça remuneração digna aos produtores e um preço justo para os consumidores.

Além disso a produção envolve questões como política, cultura e processos tradicionais de plantio. Contudo os sentidos atribuídos à agroecologia variam conforme os atores, suas práticas e conjunturas específicas. É preciso identificar o que os atores imersos nos movimentos de agroecologia e nos mercados agroecológicos entendem como alimento agroecológico, que valores e características estão presentes nesses alimentos.

#### **4 DA POLITIZAÇÃO DA COMIDA À SOLIDARIEDADE NA MESA**

A comida para além de função de suprir necessidades biológicas, traz consigo narrativas de identidade social, políticas (MENASHE, 2014) e estilos de vida (RIAL, 1997). O site do MST informa que durante o mês de janeiro de 2021 foram doados 4 mil quilos de feijão orgânico para a região do Paraná para famílias

<sup>8</sup> Para mais informações sobre a revolução biotecnológica ver: CONWAY, 2003; COSTA NETO, 1999; COSTA, 2010 e 2014.

com vulnerabilidade socioeconômica, hospitais e para um projeto chamado “marmita da Terra”<sup>9</sup>. Já foram distribuídas mais de 38 mil refeições, no período de 2 de maio a 23 de dezembro de 2020, entregando comidas para pessoas em situação de rua e famílias vulneráveis em Curitiba de acordo com o site do MST. Em reportagem ao jornal Brasil de Fato<sup>10</sup>, um dos integrantes do MST fala da agroecologia como um *estilo de vida* que produz uma salubridade, mas também produz um discurso de solidariedade:

Eu desde criança trabalho na lavoura e sempre com agrotóxico. Se hoje eu estivesse trabalhando com agrotóxico ainda, acho que eu nem existia mais”, relata, referindo-se à melhora que percebeu na qualidade da saúde desde que se tornou praticante da agroecologia. “Vamos seguir produzindo alimentos sem veneno, porque a saúde do povo brasileiro e paranaense é pela agroecologia” (Vanderlei Vieira da Rosa, retirada da reportagem Brasil de Fato, 2021).

Fernandez e Santos (2015) afirmam que:

Na atualidade, a identidade orgânica, o produto orgânico e os mercados a ele vinculados não têm o mesmo sentido e não trazem a mesma proposta política da agroecologia, mas, dependendo do contexto, podem ter afinidades. É preciso que essas atribuições sejam lidas em uma perspectiva histórica e processual. A definição de um produto orgânico diz respeito ao aspecto técnico de produção, ou seja, livre de agrotóxico, mas nada diz sobre as relações sociais de produção, sobre a transmissão de conhecimento ao produtor, o regime da terra, sobre o trabalho familiar e tipos de mercado. (...) A agroecologia, embora possa ser definida de muitas formas, tem se constituído como um movimento contra hegemônico ao processo de modernização capitalista na agricultura imposto pela Revolução Verde, incluindo novas agendas, tais como o feminismo (...), o tema das populações tradicionais e da socio diversidade, ou velhos temas em novas agendas: da reforma agrária vinculada não apenas a uma questão fundiária, mas territorial, ambiental e identitária (FERNANDEZ; SANTOS, v2015, p. 57).

Dessa forma, a comida aparece como uma relação que Appadurai (1981) denominou de *gastro-política*:

“[...]when food is manipulated to carry messages between actors who, though they may share the fundamental meanings of the system [...], are engaged in a struggle over the

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/01/12/lavoura-coletiva-do-mst-gera-4-mil-quilos-de-feijao-organico-para-marmitas-solidarias-e-doacoes-no-pr/>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/01/19/familias-do-mst-colhem-4-mil-quilos-de-feijao-organico-para-doacao-no-parana>>. Acesso em: fev. 2021.

particular syntagmatic chain of food events in which they are involved." (APPADURAI, 1981, p. 497).<sup>11</sup>

Nesse contexto a comida, a maneira como ela é produzida e distribuída acabam sendo atravessadas por discursos divergentes dos vários atores envolvidos: governo, grandes e pequenos produtores, MST, distribuidores, comerciantes e etc.

No site da Ação da Cidadania podemos ler em um texto datado de 26 de março de 2021:

O Brasil parece andar em círculos. Embora, historicamente, sempre que necessário, o Rio de Janeiro sempre se fez presente. No longínquo 1993, o país sobreviveu a um plebiscito em que se ratificou nossa opção pelo presidencialismo. Em maio daquele ano, o então senador Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda. Em agosto, a moeda passou a ser cruzeiro real, uma preparação para a moeda que circula até hoje e teve início no ano seguinte. A instabilidade econômica corroía o poder aquisitivo da população. Não por acaso, 1993 foi o ano das chacinhas da Candelária e a de Vigário Geral. Em resposta a isto tudo, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, irmão do cartunista Henfil e do compositor Chico Mário, fundou a ONG Ação da Cidadania, que acabou se transformando na mais significativa rede de mobilização de alcance nacional. Conforme conta o portfólio da entidade, "Betinho e vários artistas e personalidades foram à TV e aos jornais estimular cada brasileiro a fazer o que estivesse ao alcance de cada um para resolver o problema da fome no país". E, a partir de uma carta, denunciaram a fome e a miséria de milhões de brasileiros como os principais problemas. Foi esta carta, chamada de "Carta de Ação da Cidadania", que deu oficialmente origem ao movimento de Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida.

#### ESFORÇO CONTRA A FOME

Para a deputada Dani Monteiro (PSOL), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, o combate à fome é urgente, sendo o principal problema que a população fluminense enfrenta na pandemia. "Precisamos criar estratégias para garantir a segurança alimentar como direito da população, e isso passa pelo fortalecimento do auxílio emergencial. É fundamental fortalecer parcerias entre órgãos, entidades, coletivos e associações que estejam empenhados em ampliar as redes de atendimento". Por iniciativa do vereador Dr. Marcos Paulo (PSOL), a Câmara do Rio criou a Frente Parlamentar Contra a Fome e a Miséria no Município. "Temos que somar forças para buscar mutirões solidários, parcerias com ONGs, com restaurantes e supermercados, reabertura de restaurantes populares, ampliação do bolsa carioca, concessão do auxílio Renda Básica Carioca".<sup>12</sup>

<sup>11</sup> "quando a comida é manipulada para transmitir mensagens entre os atores que, embora possam compartilhar os significados fundamentais do sistema [...], estão engajados em uma luta pela cadeia sintagmática particular de eventos alimentares em que estão envolvidos." Tradução nossa.

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://www.acaodacidadania.org.br/blog/frente-contra-a-fome-e-a-covid?categoryId=22610>>. Acesso em: março de 2021.

A longa citação justifica-se para demonstrar o desmonte dos programas sociais, o acirramento das diferenças e a mobilização de alguns setores da sociedade para compensar a inação do governo federal. Como a pandemia se agrava, a alta de preços continua no início de 2021, e a crise econômica se aprofunda com o fim do auxílio emergencial, surgiram várias iniciativas para ajudar aqueles que perderam a condição de manter a sua alimentação em níveis adequados. Assim além das ONGs tradicionais que já trabalhavam com o tema (Fome Zero, Ação da Cidadania) surgem campanhas como “Tem gente com fome”<sup>13</sup>, “Gerando Falcões - Corona no Paredão”<sup>14</sup>, “Fundo solidário Mães da Favela”<sup>15</sup>, para citar só os principais.

Contudo são paliativos que apontam para a necessidade de medidas de incentivo à agricultura familiar e de proximidade, da volta dos estoques reguladores e ainda de soluções inovadoras como as hortas urbanas comunitárias.<sup>16</sup>

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre o movimento agroecológico permite a reflexão sobre o preço justo dos alimentos e o papel dos pequenos produtores no mercado alimentar brasileiro. Além disso, observamos as questões de distribuição e circulação de tais produtos, que foram bastante prejudicadas com as medidas tomadas para a prevenção da disseminação da Covid-19.

Nossas considerações finais apontam para a necessidade de repensar o modelo agrícola brasileiro e o papel que os pequenos produtores desempenham nele, mas sobretudo para a urgência de formular políticas públicas de incentivo à produção, regulação de preços e distribuição alimentar. Enquanto tais questões não forem resolvidas, o País continuará sujeito às flutuações de preço dos alimentos e às altas exageradas nos preços dos produtos contidos na cesta básica.

Por fim cabe destacar que as consequências da pandemia foram especialmente mais cruéis entre os mais pobres, penalizados com desemprego, fome, falta de atendimento médico e, entre os que conseguiram manter o emprego, a impossibilidade de ficar em casa para se proteger do contágio. Concluindo, a postura Neoliberal da equipe econômica do governo federal contribuiu para agravar o aumento dos preços dos alimentos, a crise econômica e as desigualdades sociais.

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://www.temgentecomfome.com.br/>>. Acesso em: fevereiro de 2021.

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://gerandofalcoes.com/coronanoparedao>>. Acesso em: fevereiro de 2021.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://www.maesdafavela.com.br/>>. Acesso em: fevereiro de 2021.

<sup>16</sup> Sobre as hortas urbanas ver, por exemplo, Coutinho e Costa, 2012.

## REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. Gastro-Politics in Hindu South Asia. **American Ethnologist**, vol. 8, no. 3, 1981, pp. 494–511. JSTOR. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/644298](http://www.jstor.org/stable/644298)>. Acesso em: 05 fev. 2021.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, junho 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902003000100004>>. Acesso em: 03 out. 2020.

BRASIL. **Primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar**. Brasília: Conselho Nacional de Segurança Alimentar, 1994.

BURITY, Valéria *et al.* **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Abrandh, 2010.

CONAB. **Companhia Nacional de Abastecimentos – Estoques**. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/estoques>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

COTTA, R. M. M.; MACHADO, J. C. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Revista Panam Salud Publica**, v. 33, n. 1, 2013, p. 54-60.

CONWAY, G. Êxitos anteriores. *In*: Conway, G. **Produção de alimentos no século XXI: biotecnologia e meio ambiente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003. cap. 4, p. 69-74.

COSTA NETO, C. Agricultura sustentável, tecnologias e sociedade. *In*: CARVALHO

COSTA, L. F. *et al.* (orgs.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999, p. 301-320.

COSTA, N. M. B. **Biotecnologia aplicada ao valor nutricional dos alimentos**, 2004. Disponível em: <<http://www.biotecnologia.com.br/edicoes/ed32.php>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

COSTA, N. M. B. Consumo de Alimentos Transgênicos. **Agroanalysis**, São Paulo, v. 30, n. 11, nov. 2010, p. 29.

COUTINHO, M. N.; COSTA, H. S. D. M. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2011, p. 81-97, mai./2012.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga; SANTOS, Miriam O. Campesinato e trabalho acessório, antagonísticos ou complementares? Os desafios de um campesinato frente à cidade. *In*: ZANINI, Maria Catarina Chitolina (org.). **Mercados, campesinato e cidades**: abordagens possíveis. São Leopoldo: Oikos, 2015.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional [on-line]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

MST. **Em meio à alta de preços, arroz orgânico do MST segue a preço justo**. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/09/12/em-meio-a-alta-de-precos-arroz-organico-do-mst-segue-a-preco-justo/>>. Acesso em: 1 out. 2020.

OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **ComCiência** [on-line], n. 120, 2010. ISSN: 1519-7654. Disponível em: <<http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n120/a06n120.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

RODRIGUEZ, Maria Elena (org.). **Relatórios Nacionais em Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais** – Informe 2006. Rio de Janeiro: Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, 2007.

SANTOS, E. R. Estado, Políticas Públicas e Democracia no Brasil. *In*: SANFELICE, Gustavo Roesse; BASSANI, Patricia Scherer. (Org.). **Diversidade Cultural e Inclusão Social**. 1. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2020, p. 46-58.

SANTOS, Miriam de Oliveira; SOUZA, Juliana Borges de. A comida como afeto, conforto e refúgio: entendendo o ato de comer em tempos de pandemia. **RACA – Revista de Alimentação e Cultura das Américas**, vol. 2, n. 2, 2020.

SILVEIRA, Daniel; ALVARENGA, Darlan. IPCA: inflação oficial fecha 2020 em 4,52%, maior alta desde 2016. **Portal G1 – Economia**. 12/01/2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/01/12/ipca-inflacao-oficial-fecha-2020-em-452percent.ghtml>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SOUSA, A. A.; AZEVEDO, E.; LIMA, E. E.; SILVA, A. P. F. Alimentos orgânicos e saúde humana: estudo sobre as controvérsias. **Rev. Panam. Salud Publica**, v. 31, n. 6, 2012, p. 513-517.